

Nota sobre o corte de bolsas da CAPES

Ontem, dia 08/05, fomos surpreendidos com o fechamento do sistema Capes para implementação de bolsas e, logo em seguida, recebemos comunicado oficial da Capes justificando o recolhimento das cotas não utilizadas no mês de abril. A agência justificou que esse procedimento foi uma consequência do bloqueio das dotações orçamentárias imposto pelo Ministério da Economia ao MEC. No levantamento interno realizado constatamos o corte de 11 cotas de Demanda Social e 3 bolsas de PNPd.

O movimento de implementação de bolsas depende das opções políticas e acadêmicas desenvolvidas em cada instituição. Diferentes motivos justificam o fato de essas cotas estarem provisoriamente desocupadas dentro da UFJF. Algumas aguardavam definições de documentos, outras dependiam de resposta a editais, tal como as cotas do PNPd (Programa Nacional de Pós-doutorado) ou aguardavam definições de processos seletivos.

Os cortes governamentais vêm produzindo efeitos nefastos para todo o sistema nacional de ciência e tecnologia e agora abate especialmente a pós-graduação brasileira. É importante ressaltar que esse setor já é submetido a constante regulação e avaliação pela própria Capes, o que assegura elevados índices de produtividade. Lamentavelmente, esse contingenciamento se soma ao bloqueio do orçamento imposto às instituições federais de ensino superior, que já contabiliza o impacto em custeio e em seus projetos acadêmicos, como também se soma à suspensão dos recursos da Fapemig, gerando um efeito de desmonte da produção científica realizada nas instituições públicas.

A UFJF está se mobilizando junto à ANDIFES e a Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa junto ao Fórum de Pró-reitores de Pós-Graduação e Pesquisa, FOPROP, na tentativa de reverter esse quadro, no entanto, é muito importante a informação e mobilização de nosso público interno, formado pelos alunos, docentes e técnico-administrativos. A aplicação contínua de recursos em ciência, tecnologia e inovação não pode ser considerada despesa secundária. Somente nos tornaremos uma nação autônoma, soberana e com justiça social quando for priorizado o investimento nesses setores. Preservar o investimento em educação em todos os níveis tem que ser tratado como uma política de Estado e não de um governo.